

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 24/08/2016

- [Educação 360 vai reunir sociólogos e educadores para discutir ensino](#)
- [Propostas para o ensino médio dividem especialistas](#)
- [Lançado livro que retrata práticas de Justiça Restaurativa no país](#)
- [Candidato a vereador é preso por suspeita de estupro de menores](#)
- [França lança plano para ensinar crianças a como reagirem em ataques em escolas](#)
- [XIX Fonajuv encerra com propostas de alterações legislativas](#)
- [TJMT - Audiência pública debaterá Família Acolhedora](#)
- [Instituído Comitê Gestor para implementar a Justiça Restaurativa no país](#)
- [MPPE promove V Encontro Regional sobre Acolhimento Institucional em Serra Talhada](#)
- [Agência da ONU vê queda nas prisões de crianças refugiadas, mas pede avanços](#)
- [Jovens da Funase recebem certificados de conclusão de cursos](#)

Assunto: Educação 360 vai reunir sociólogos e educadores para discutir ensino

Fonte: Portal Andi

Data: 24/08/2016



A terceira edição do encontro internacional Educação 360, realizado pelos jornais O GLOBO e “Extra”, em parceria com o Sesc e a prefeitura do Rio e com apoio da TV Globo e do Canal Futura, acontece nos dias 23 e 24 de setembro na Escola Sesc de Ensino Médio, em Jacarepaguá. Assim como nas edições anteriores, o evento contará com palestras magnas de pensadores respeitados na área de educação. O sociólogo espanhol Manuel Castells e suas reflexões sobre a sociedade em rede estarão no primeiro dia do evento. Já o francês Michel Maffesoli e suas ideias sobre a pós-modernidade estarão no segundo dia, assim como o historiador e reitor honorário da Universidade de Lisboa, António Nóvoa. Secretária-executiva do Ministério da Educação, a socióloga e professora Maria Helena Guimarães vai ministrar a palestra de abertura do encontro.

Esta edição do Educação do 360 acontece em meio às discussões finais para a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que definirá boa parte do conteúdo a ser ensinado em cada série de todas as escolas de educação básica brasileiras.

"No ano de definição da Base Nacional Comum Curricular, torna-se mais do que nunca fundamental discutir-se educação no país. O Educação 360 chega a sua terceira edição com a missão de reunir a sociedade para isso. Preparamos uma programação que abrange grandes pensadores da atualidade no mundo, debatedores dos quatro cantos do país e estudos de caso que ultrapassam as paredes da escola. Educação não se resume mais ao que acontece na sala de aula, ela está em todo lugar. Cabe a todos nós aprimorá-la, pois só assim poderemos começar a pensar em um futuro melhor para nosso país", conta Roberta Ferraz, coordenadora do evento.

Pensadores e educadores renomados como o polonês Zygmunt Bauman e os franceses Pierre Lévy e Edgar Morin já participaram do seminário.

Neste ano, as mesas serão apresentadas uma seguida da outra, sem debates simultâneos, o que facilitará o acompanhamento de toda a agenda do encontro. Serão apresentados 21 estudos de caso, de todas as regiões do país, divididos em mesas que abordam os temas tecnologia e inovação, gestão, articulação, ambiente, currículo e avaliação, educação e cultura e protagonismo. Cada mesa será composta por três estudos que serão debatidos por dois especialistas no final de todas as apresentações. O sociólogo Cesar Callegari, a pedagoga Léa Fagundes e Ricardo Paes de Barros, economista-chefe do Instituto Ayrton Senna, estão entre os debatedores convidados. A mediação das mesas ficará em cargo de Antônio Gois, colunista do GLOBO, e Octavio Guedes, diretor de redação do "Extra".

Alguns dos estudos de caso convidados são o Projeto Social Escola Sesc; o documentário "Menino 23 — Infâncias Perdidas no Brasil", de Sidney Aguilar Filho; o projeto Criativos da Escola, que desenvolve iniciativas inovadoras em sala de aula; o Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos Campo Limpo, que combate o abandono de pessoas excluídas; a Escola do Vidigal, criada pelo artista plástico Vik Muniz, e a professora Jonilda Ferreira, de Paulista, na Paraíba, que revolucionou o ensino da matemática em sua escola, melhorando o desempenho dos alunos.

Assunto: Propostas para o ensino médio dividem especialistas
Fonte: Portal Andi
Data: 24/08/2016



Um ensino global ou focado na área de interesse do aluno? Uma educação para o mercado de trabalho ou direcionada à formação de um jovem com autonomia intelectual? As respostas para estas perguntas, resultado das diversas discussões em curso sobre o ensino médio, deverão sinalizar o que poderemos esperar para esta etapa da educação básica nos próximos anos. Mais do que isso, elas deverão apresentar o caminho para que sejam superados os baixos resultados e a evasão, principais entraves desta etapa escolar.

Entre as medidas que visam a reformulação do ensino médio estão a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a proposta de flexibilização e o projeto de lei nº 6.840, de autoria do deputado Reginaldo Lopes.

O projeto de lei, que tramita na Câmara Federal desde 2013, sugere, entre outras medidas, a organização dos currículos por áreas de conhecimento (linguagens, matemática, ciências humanas e da natureza) e a ênfase na formação profissional ou em uma destas áreas a partir do terceiro ano.

“O PL resgata a antiga ideia do ensino médio [clássico, científico e magistério] de forma contemporânea, adequando a escola ao projeto de vida do jovem, do qual atualmente ela é descolada. Hoje, o aluno que quer fazer o ensino técnico tem que cursar o mesmo [ensino] médio do que deseja fazer medicina. Isso ignora as trajetórias diversas, os itinerários formativos que os jovens começam a construir a partir dos 14 anos”, avalia Priscila Cruz, presidente-executiva do movimento Todos pela Educação.

O Ministério da Educação (MEC) afirma que a discussão em torno da reformulação do ensino médio é uma das prioridades da Secretaria de Educação Básica e trabalha em um substitutivo para o projeto com o objetivo de reforçar a flexibilização do currículo desta etapa.

“Estas três propostas são extremamente positivas, pois estão concatenadas. Definir uma base para a educação básica tornará o processo de flexibilização do ensino médio mais viável. E a PL 6.840 deverá atender essa necessidade”, resume o Secretário de Educação Básica do MEC, Rossieli Soares da Silva.

Outro lado

A doutora em educação Sandra Garcia, ex-coordenadora geral do Ensino Médio no MEC e professora na área de Políticas Educacionais na Universidade Estadual de Londrina discorda e afirma que propor a fragmentação do conhecimento significa dizer que ele será desigual. “Estamos fazendo o que a professora Acacia Kuenzer trata como educação excludente, pois,

ao mesmo tempo em que possibilita o acesso, exclui, uma vez que o conhecimento não é tratado da mesma forma para todos”, diz.

Para a professora, tal fato se contrapõe radicalmente à discussão sobre a formação humana integral presente nas Diretrizes Nacionais do Ensino Médio e colabora para o desenvolvimento de um sujeito que não tem autonomia intelectual.

“O que está em disputa é quem é o sujeito que queremos formar para a sociedade, a partir de duas perspectivas: uma formação humana integral ou uma para inseri-lo no mercado de trabalho e/ou na continuidade [dos estudos] no ensino superior”, aponta.

Para Priscila, este último deve ser o caminho a ser adotado. Ela acredita que a diversificação do ensino médio, ou seja, a ênfase nas áreas de interesse do aluno, será a ferramenta para o país enfrentar a falta de resultados desta etapa do ensino.

Para isto, a presidente-executiva alerta que, quando aprovado, o projeto de lei não deve ser muito genérico, o que poderia gerar o risco de a lei “não pegar” ou de não apresentar uma orientação correta, levando à desigualdade de sua aplicação.

Assunto: Lançado livro que retrata práticas de Justiça Restaurativa no país

Fonte: CNJ

Data: 24/08/2016



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou, nesta terça-feira (23/8), na ocasião da 236ª Sessão Plenária, o livro “Justiça Restaurativa - horizontes a partir da Resolução CNJ 225”, que reúne práticas já em andamento no país. A Resolução 225/2016 do CNJ, que contém diretrizes para implementação e difusão da prática da justiça restaurativa no Poder Judiciário, é resultado de minuta desenvolvida, desde agosto do ano passado, pelo grupo de trabalho instituído pelo presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, por meio da Portaria n. 74/2015.



Em funcionamento há pelo menos dez anos no país, a Justiça Restaurativa permite o encontro físico entre vítima, agressor, suas famílias, a comunidade e demais envolvidos no caso, utilizando-se de técnicas autocompositivas de solução de conflitos. Para o ministro Lewandowski, a Justiça Restaurativa destaca-se ao introduzir uma nova perspectiva para a solução de conflitos, que prima pela inovação e sensibilidade, na medida em que procura ouvir as queixas das vítimas, os motivos dos ofensores, promovendo uma aproximação entre ambos, suas famílias e a comunidade em que vivem. “Por meio dessa metodologia, o magistrado, antes de solucionar unilateralmente o litígio, procura alcançar o consenso, reconstruir relações e recompor os danos emergentes”, disse o ministro Lewandowski.

O livro foi coordenado pelo secretário-geral do CNJ, Fabrício Bittencourt da Cruz, com o objetivo de apresentar a Justiça Restaurativa a partir de uma concepção ampla, em todo o seu potencial transformador social. A obra apresenta também o trabalho de implementação e difusão da prática desenvolvido pela Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Escuta ativa – De acordo com o ministro Lewandowski, uma vez aberto o diálogo, o ofensor tem a oportunidade de falar sobre as razões que o levaram a praticar o ato ilícito e a vítima poderá revelar as angústias e os prejuízos que isso lhe causou, expondo os dois, abertamente, os sentimentos que nutrem um em relação ao outro. “A partir da chamada “escuta ativa” das partes, busca se fazer com que compreendam melhor as respectivas responsabilidades apontando os caminhos ou a convivência pacífica”, disse o presidente do CNJ.

Prioridade de gestão – O ministro Lewandowski lembrou que a Justiça Restaurativa integra oficialmente a agenda do judiciário, desde agosto de 2014. “Contribuir para o desenvolvimento dessa Justiça foi uma das prioridades da gestão do CNJ no biênio 2015/2016, passando a integrar o planejamento de longo prazo do órgão, condicionando a formulação das metas nacionais e a estratégia nacional do Poder Judiciário de 2015 a 2020”, disse o ministro Lewandowski. Na opinião dele, trata-se de um novo modo de encarar a Justiça que vem se somar às audiências de custódia, à conciliação, à mediação e à arbitragem que são metodologias que procuram substituir a cultura da conflitualidade por uma cultura de paz e harmonia.

Assunto: Candidato a vereador é preso por suspeita de estupro de menores

Fonte: Portal G1 PE

Data: 24/08/2016



O técnico em enfermagem, bacharel em direito Jamerson Dantas, foi preso, na manhã desta quarta-feira (24), sob a acusação de estupro de duas crianças e um adolescente. Ele é candidato a vereador do Recife. Policiais civis cumpriram um mandado de prisão expedido pela 1ª Vara da Infância e Juventude da capital e efetuaram a prisão na casa da mãe do acusado, no bairro de Caixa-D'água, em Olinda, Região Metropolitana do Recife.

Os detalhes foram repassados durante coletiva de imprensa, na sede do Departamento de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), no bairro da Madalena, Zona Oeste da capital pernambucana. De acordo com o delegado Ademir Oliveira, os crimes foram cometidos há dois meses. A denúncia teria partido de uma das vítimas, um garoto de 13 anos. "O menino procurou a delegacia para relatar, denunciar o estupro", contou.

Além do adolescente, uma menina de 10 anos teria sofrido os abusos. Os dois passaram por exames para comprovar os abusos sexuais. A polícia também investiga um terceiro caso envolvendo um menino de 8 anos. Todos passaram por exames sexológicos para comprovar os abusos. Segundo Oliveira, o acusado era amigo das famílias das vítimas.

"No caso da menina, ele prestava serviços de enfermagem à avó materna da criança, era amigo da família da criança, frequentava a casa deles. A mãe da criança frequentava a casa de Jamerson. E, por meio desse trabalho de conquista da confiança, num determinado dia, ele pegou a criança de dentro de casa e a levou para a casa dele. A mulher dele não estava em casa, e lá ele praticou o sexo", disse o delegado.

Oliveira informou também que o menino de 8 anos é parente da menina. "Ele valeu-se do mesmo expediente da relação de confiança com a família e chegou a praticar atos libidinosos com esse menino, ele já foi ao IML (Instituto de Medicina Legal, em Santo Amaro) e estamos esperando laudo (sexológico) para dar prosseguimento ao inquérito", afirmou.

Ainda segundo ele, após prestar depoimento, o suspeito passará por exame de corpo de delito e, depois, seguirá para o Centro de Triagem (Cotel), em Abreu e Lima, no Grande Recife.

A advogada do acusado, Mariane Almeida, informou que só vai poder analisar o caso quando tiver acesso ao inquérito. Ela alegou ter sido surpreendida, na manhã desta quarta, com novos fatos. "Soubemos de muita coisa agora e precisamos de um tempo até para definir o que vamos poder fazer", afirmou.

Assunto: França lança plano para ensinar crianças a como reagirem em ataques em escolas

Fonte: Diário de PE

Data: 24/08/2016



O governo da França lançou um plano para ensinar as crianças a como reagirem em caso de um ataque terrorista em suas escolas.

O ministro da Educação, Najat Vallaud-Belkacem, e o ministro do Interior, Bernard Cazeneuve, anunciaram nesta quarta-feira uma série de medidas a respeito de como as escolas e as crianças devem lidar com a ameaça terrorista.

Cada escola terá de organizar três treinamentos por ano, incluindo um como base real de um cenário de ataque com, pelo menos, um "terrorista" dentro do prédio. As crianças vão ser ensinadas a se esconderem ou fugirem, dependendo da situação e onde estiverem.

As crianças com idade entre 13 e 14 anos também vão receber uma formação de base sobre as medidas que salvam vidas.

Além disso, algumas forças policiais reforçarão as patrulhas em áreas escolares, uma medida que está em vigor desde os ataques terroristas do ano passado em Paris. Fonte: Associated Press.

Assunto: XIX Fonajuv encerra com propostas de alterações legislativas

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 24/08/2016



O último dia do XIX Fórum Nacional da Justiça Juvenil – Fonajuv (19) foi marcado pela apresentação e discussão de propostas dos magistrados para a alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Lei 12.594/2012 – Lei Sinase. O evento foi realizado em Pirenópolis-GO e contou com a participação de magistrados de todo o País.

A discussão e a troca de experiências dos magistrados da Infância e Juventude de todo o País possibilitaram a elaboração de propostas de alterações do ECA no que diz respeito aos atos infracionais. Uma das propostas que foram acatadas no Fonajuv foi a do juiz da comarca de Goianésia, André Reis Lacerda, que auxilia também no Juizado da Infância e Juventude da comarca de Goiânia.

“Existe a medida socioeducativa em que há a possibilidade de prestação de serviço à comunidade que pode ser cumulativa com liberdade assistida ou não. O Estatuto da Criança e do Adolescente limita em seis meses essa medida e minha proposta é de aumento para um ano. Isso, para o juiz, é um instrumento a mais para evitarmos o aumento de internações, além de fortalecer o objetivo do ECA de ressocialização”, disse Lacerda.

Para o magistrado, as propostas de alteração são uma medida intermediária. “A redução da maioria penal é um retrocesso e por isso queremos o intermediário. A eficiência do Estatuto da Criança e do Adolescente é uma possibilidade para o juiz evitar as internações desnecessárias”, concluiu.

Encerramento

Todas as sugestões aceitas no Fonajuv serão compiladas e enviadas ao Congresso Nacional. “Não só o Fonajuv, mas todos os órgãos relacionados a Infância e Juventude como a Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e Juventude (Abraminj) e Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), vão se articular para que seja apresentado ao Congresso Nacional”, disse a presidente do Fórum, juíza Ana Cristina Borba Alves.

Participante da mesa de encerramento, o presidente da Abraminj, Renato Scussel, se despediu: “em nome dos juizes da infância e juventude da nossa Associação, eu agradeço a oportunidade de permanecermos juntos nessa luta pelo mesmo ideal, com a mesma sintonia. Agradeço ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, à Corregedoria, à ASMEGO, pelo empenho na condução dos bons trabalhos e, sobretudo, à direção do Fonajuv, pela capacidade e a legitimidade de propor alterações na Lei do ECA e do Sinase. Saio daqui agradecido e enriquecido pelo resultado que obtivemos”.

A juíza de Direito Vera Lúcia Deboni, que representava a AMB, refletiu sobre o evento, afirmando que os magistrados “tiveram maturidade para conseguir reproduzir um avanço absolutamente significativo e isto me conforta profundamente”.

Carlos José Limongi Sterse, Juiz da Vara da Infância e Juventude da comarca de Anápolis – TJGO, que mediou a conferência “Por uma outra socioeducação! O Sinase que queremos”, proferiu palavras otimistas sobre o resultado do evento e realçou a experiência positiva do método de Constelação Familiar para a Justiça Restaurativa, aplicado em sua comarca.

O Juiz de Direito Alexandre Takashima, que representava a Associação Brasileira dos Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude - ABMP, disse que o evento foi enriquecedor. “A imersão, a programação, a fala da Ana Cristina, a constelação familiar, a psicologia, o local. O evento foi rico em todos os sentidos. Foi nota dez”.

Maria Socorro de Sousa Afonso da Silva, juíza auxiliar da Corregedoria do TJGO e 2ª Secretária do Fonajuv, ouviu os agradecimentos de todos por ter se dedicado à organização do evento. Em suas palavras de encerramento, ela se dirigiu aos colegas dizendo: “acredito que nossa profissão é o talento que Deus nos premiou para que possamos compartilhar com aqueles que precisam e que nos buscam. Nossos jovens querem apenas uma oportunidade. A realidade deles não é muito diferente no Sul ou no Norte. As frustrações e as ansiedades são as mesmas”. Sobre o evento, a juíza concluiu: “os que vieram nesse evento saíram daqui motivados a irem em outros encontros, a voltarem para suas varas mais dispostos e contaminados por terem adquirido, além de conhecimento, a sensibilidade para lidar com os nossos adolescentes”.

Assunto: TJMT - Audiência pública debaterá Família Acolhedora

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 24/08/2016



O Poder Judiciário de Mato Grosso promove, na próxima sexta-feira (26 de agosto), uma audiência pública para debater a Família Acolhedora, um modelo de acolhimento que propicia atendimento em ambiente familiar, garantido atenção individualizada e convivência comunitária, permitindo a continuidade da socialização da criança. A audiência será realizada no espaço Justiça, Cultura e Arte Desembargador Gervásio Leite, na sede do Tribunal de Justiça, a partir das 8h30. Os interessados em participar poderão fazer a inscrição, gratuitamente.



Toda a comunidade está convidada a comparecer ao evento que pretende ouvir opiniões, considerações, sugestões, críticas e esclarecer dúvidas sobre o acolhimento familiar. Segundo a corregedora-geral da Justiça e presidente da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja), desembargadora Maria Erotides Kneip, as ações desenvolvidas nos últimos meses apontaram para a necessidade de retirar as crianças do acolhimento institucional e colocá-las efetivamente no convívio familiar. “Temos trabalhado muito na aceleração dos movimentos judiciais e na prolação da destituição do poder familiar. Mesmo assim, enquanto isso não se efetiva, vemos a necessidade de colocar essas crianças e adolescentes dentro de uma família”, afirmou.



A desembargadora explica que no acolhimento familiar as famílias recebem uma ajuda financeira do município para cuidar de uma ou mais crianças por um determinado período, enquanto elas não forem definitivamente para uma família substituta ou retornarem à família de origem. “É uma iniciativa que ameniza as graves consequências do acolhimento institucional como transtornos psicológicos e psiquiátricos”, enfatizou Maria Erotides. Conforme a corregedora, o objetivo é implantar o serviço nas 79 comarcas do Estado até dezembro de 2017. “É uma meta ousada e nós vamos discutir na audiência de que forma conseguiremos isso. Queremos ouvir opiniões

para saber se estamos no caminho certo e se podemos melhorar a forma de implementação desse programa. Todos, especialmente aqueles que compõem a rede de proteção, serão muito bem-vindos”, acrescentou.

Para o juiz auxiliar da CGJ-MT Luiz Octávio Saboia, a participação da sociedade é fundamental na medida em que a audiência pública é um instrumento de construção de políticas públicas. Ele explicou que o primeiro passo para a instituição do serviço de família acolhedora foi dado em maio deste ano, durante a realização do Seminário da Infância e Juventude. “Convidamos o juiz Sérgio Kreuz para apresentar o trabalho realizado em Cascavel, no Paraná, que para nós é referência em todo o Brasil. O segundo passo foi a visita de uma equipe de magistrados à cidade e às famílias participantes. O terceiro foi a capacitação de técnicos da Ceja e das comarcas com a coordenadora do programa no Paraná, e a nossa intenção é fechar todo esse trabalho preliminar com a audiência pública”, contou.

Organização – Para fechar os últimos detalhes da organização da audiência pública, servidores do Poder Judiciário se reuniram na tarde desta segunda-feira (22 de agosto), no gabinete da CGJ-MT, com a corregedora Maria Erotides Kneip.



Assunto: Instituído Comitê Gestor para implementar a Justiça Restaurativa no país

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 24/08/2016



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou, na última sexta-feira (19/8), a Portaria n. 91, que instituiu o Comitê Gestor da Justiça Restaurativa para, entre outras atribuições, promover a implementação da respectiva política, organizar programa de incentivo, acompanhar projetos, monitorar, avaliar e divulgar os resultados alcançados pelos Tribunais de Justiça de todo o país. A prática é uma das prioridades do CNJ e consta entre as metas para cumprimento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015-2020.

Em funcionamento há pelo menos dez anos no país, a Justiça Restaurativa permite o encontro físico entre vítima, agressor, suas famílias, a comunidade e demais envolvidos no caso, utilizando-se de técnicas autocompositivas de solução de conflitos. Ela pode ser utilizada em qualquer etapa do processo criminal, ou ainda antes que o conflito seja ajuizado, de forma preventiva. O método está baseado em uma perspectiva de solução de conflitos que prima pela criatividade e sensibilidade na escuta das vítimas e dos ofensores.

O comitê gestor é composto por oito membros e está sob coordenação do conselheiro Bruno Ronchetti. Participam do grupo os conselheiros Carlos Eduardo Oliveira Dias, como vice-coordenador, e Daldice Maria Santana de Almeida, futura presidente da Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania. Integram ainda o comitê quatro juízes com larga experiência no tema e que participaram do grupo de trabalho responsável pela elaboração da minuta de ato normativo que deu origem à Resolução n. 225/2016 do CNJ, que instituiu a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário. São os juízes Egberto de Almeida Penido e Marcelo Nalesso Salmaso, ambos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; Leoberto Brancher, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul; e Laryssa Angélica Copack Muniz, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Completa o grupo um juiz auxiliar da presidência do CNJ.

Entre as elevadas atribuições do grupo, destaca-se o importante papel de definir conteúdo programático para os cursos de capacitação, treinamento e aperfeiçoamento de facilitadores, além de elaborar plano disciplinar básico para a formação em Justiça Restaurativa junto às Escolas Judiciais e Escolas da Magistratura.

Assunto: MPPE promove V Encontro Regional sobre Acolhimento Institucional em Serra Talhada

Fonte: Ministério Público de PE

Data: 24/08/2016



O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por intermédio do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude (Caop Infância e Juventude) promove, nesta quinta-feira (25), V Encontro Regional sobre Acolhimento Institucional em Serra Talhada. O evento será realizado na Câmara de Vereadores de Serra Talhada, rua Enock Ignácio de Oliveira, 1280, bairro Nossa Sra. da Penha.

O objetivo do encontro é promover a troca de informações quanto ao acolhimento de crianças e adolescentes nos municípios participantes, contribuir para o aprimoramento do serviço e do fluxo de acolhimento institucional, com discussão sobre o Plano Individual de Atendimento (PIA) e guia de acolhimento, como também, para a articulação da rede de atendimento.

A programação abrange a exibição em slides da História de Pedro, de autoria de Bruna Elage, do Instituto Fazendo História; dos documentários A gente volta pra casa? E que casa é essa?; além de apresentação das orientações técnicas para o acolhimento de crianças e adolescentes, e as especificidades dos cuidados em cada faixa etária.

Assunto: Agência da ONU vê queda nas prisões de crianças refugiadas, mas pede avanços

Fonte: ONU

Data: 24/08/2016



Mãe e filhos descem de trem após serem libertados de centro de detenção em Szeged, na Hungria. Eles foram presos pela polícia após cruzarem a fronteira com a Sérvia. Foto: ACNUR/A. McConnell

Dois novos relatórios divulgados na quinta-feira (18) pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) mostraram que Canadá, Estados Unidos, Hungria, Indonésia, Israel, Lituânia, Malásia, Malta, México, Tailândia, Reino Unido e Zâmbia

apresentaram avanços em relação à detenção de crianças refugiadas. Nos 12 países, houve queda de 14% no número de menores detidos, em comparação com o ano anterior.

De acordo com o alto comissário adjunto do ACNUR, Volker Türk, ainda não ocorreram progressos significativos nesses países em relação a alternativas à detenção. Os requerentes de asilo e refugiados foram responsáveis por 17% de todas as pessoas detidas por questões relacionadas à imigração em 2015, contra 12% registrados em 2013.

“Muitos refugiados e requerentes de asilo, incluindo crianças, são forçados a ficar em centros de detenção, quando deveriam ser abrigados em locais onde há acesso à informação, a direitos legais e à assistência”, disse Türk.

Segundo a agência da ONU, “as autoridades da maioria dos países analisados raramente ou nunca consideram alternativas à detenção em cada caso individual”.

Além disso, o ACNUR observou que os requerentes de asilo e refugiados ainda correm o risco de detenção indefinida em um terço dos países analisados, devido à ausência nas leis prevendo um limite máximo de tempo na prisão.

Os relatórios revelaram ainda que, na maioria dos 12 países, os requerentes de asilo são ainda penalizados por ingresso ou permanência irregular, podendo ser detidos junto a pessoas suspeitas ou condenadas por crimes.

Os resultados encontrados nos relatórios fazem parte da meta do ACNUR de acabar com a detenção de solicitantes de asilo e refugiados em cinco anos (2014-2019). Os 12 países

analisados foram escolhidos segundo critérios que incluem diversidade regional e temática, tamanho e relevância e perspectivas de progresso no período inicial.

Segundo ACNUR, embora ainda seja cedo para avaliar o impacto de médio a longo prazo da implantação da estratégia, a primeira avaliação indica tendências emergentes que podem anunciar mudanças nos próximos anos em termos de políticas de detenção de imigrantes.

“Os resultados dos progressos vão contribuir para o diálogo com todas as partes envolvidas, ajudarão a identificar e corrigir as deficiências, bem como apoiarão as decisões políticas necessárias”, observou a agência.

Assunto: Jovens da Funase recebem certificados de conclusão de cursos
--

Fonte: Governo de PE

Data: 24/08/2016



O presidente da Funase (Fundação de Atendimento Socioeducativo), Moacir Carneiro Leão, a Diretora de Gestão e Política de Atendimento, Nadja Alencar, e o Coordenador do Eixo Profissionalização, Paulo Cavalcanti, participaram da solenidade de entrega de 35 certificados dos concluintes nos cursos de Assistente de Vendas e Webdesign, ofertados pela Secretaria de Educação de Pernambuco no Case (Centro de Atendimento Socioeducativo) do Cabo de Santo Agostinho.

Ao todo, 62 adolescentes foram certificados nas unidades do Cabo, Abreu e Lima, Caruaru, Timbaúba, Vitória e Jaboatão.

Moacir Carneiro Leão destacou a importante ação do Eixo Profissionalização, em parceria com a Secretaria de Educação, que objetiva dar aos jovens oportunidade de aprendizado e futura inserção no mercado de trabalho.

A Funase tem, entre suas políticas socioeducativas, a realização de cursos os mais variados em todas as unidades espalhadas pelo Estado. A instituição conta também com o Vida Aprendiz e o Novas Oportunidades, programas do Governo Paulo Câmara, através da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, sob a gestão do secretário Isaltino Nascimento. Esses programas beneficiam jovens que estão ou que já saíram da Funase, que têm a oportunidade de trabalhar em empresas do Governo ou da iniciativa privada.